

4. A LAVOURA CANAVIEIRA E A EXPANSÃO DO CAPITALISMO BRITÂNICO EM PERNAMBUCO

MELO, Josemir Camilo de, *A lavoura canavieira e a expansão do capitalismo britânico em Pernambuco*, Recife, Curso de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 1978, 250.

Ao contrário do que se observa em relação à transição capitalista ocorrida no Centro-Sul, e, especialmente, sobre as origens da indústria em São Paulo e Rio de Janeiro, os estudos acerca da capitalização da agricultura nordestina e, em particular, do processo de industrialização no Nordeste, ainda são muito escassos. E, se restringirmos nossa constatação à área dos estudos históricos, essa indigência torna-se mais clamorosa. A tese de Mestrado defendida por Josemir Camilo de Melo. *A Lavoura canavieira e a expansão do capitalismo britânico em Pernambuco*. (Recife, Curso de Mestrado em História – Universidade Federal de Pernambuco, 1978, 250 p.), ainda pouco divulgada, tem assim o mérito de contribuir vigorosamente para trazer, a público, algumas questões de grande importância ao entendimento do intrincado tema das transformações capitalistas da agricultura nordestina e dos primórdios de sua industrialização. Se Camilo de Melo não resolve, de maneira satisfatória, todas as questões colocadas, tem ao menos a louvável iniciativa de instaurá-las como pontos de partida para futuras investigações.

Como sustenta o autor na parte central do seu trabalho, o processo de implantação dos *Engenhos Centrais* em Pernambuco configura *uma etapa a mais de industrialização do açúcar*, que haveria se iniciado em 1817, com a introdução da tração a vapor nos antigos "banguês". Neste sentido, a questão do surgimento dos *Engenhos Centrais* nos introduz diretamente na mesma problemática das origens da indústria pernambucana, e, mais precisamente, na da acumulação do capital industrial-produtivo, aplicado à agricultura canavieira. A este respeito, a dissertação do nosso autor plantea uma questão fundamental: *por que fracassaram as primeiras tentativas de separação entre as fases do cultivo e da industrialização da cana-de-açúcar, representadas pelos Engenhos Centrais, apesar de estarem estes sob o controle do imperialismo inglês e amparados pelo Estado?*

A conclusão apresentada por Camilo de Melo, que segue os passos da própria documentação consultada, em essência, desemboca em explicações, tais como: má administração dos empresários ingleses, não incorporação de capitais em tempo hábil, superdimensionamento dos salários de membros da diretoria, atraso ou mau aproveitamento da tecnologia disponível, desonestidade dos incorporadores, etc.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	239 a 241	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

Conquanto, esta ordem de razões não deva ser desprezada na compreensão do fracasso da experiência industrializante dos Engenhos Centrais, ela é, contudo, insuficiente para dar cabal e profunda conta das vicissitudes do desenvolvimento capitalista, que se acham na base do insucesso daquelas primeiras tentativas. É nossa convicção que a análise do fracasso da implantação dos *Engenhos Centrais* em Pernambuco passa necessariamente pela *identificação tanto dos grupos econômicos dominantes, ao nível da circulação e das relações de trabalho vigentes na esfera da produção, como das relações de interdependência, mantida entre o cultivo da cana e a fabricação do açúcar*. Estes dois aspectos, enquanto elementos elucidativos relevantes, merecem maior atenção, e por isso passamos a aprofundá-los.

Em primeiro lugar, é preciso ter em vista que o grau de subordinação da incipiente agro-indústria açucareira nordestina ao imperialismo foi, incomparavelmente, maior que o da economia cafeeira sudestina. O controle exercido pelos ingleses sobre a circulação de dinheiro e mercadorias no Nordeste, durante esse período (final do século XIX), propiciou-lhes a apropriação do excedente econômico gerado na colônia, até então apropriado pelo capital mercantil holandês. Em outras palavras, mesmo depois da Independência, o Nordeste continuou a sofrer um processo de espoliação de seu excedente econômico, por meio da intermediação comercial-financeira inglesa, a qual desbordou, inclusive, para a esfera da produção industrial do açúcar. Essa expropriação do excedente econômico gerado na colônia, até então apropriado pelo capital mercantil holandês. Em outras palavras, mesmo depois da Independência, o Nordeste continuou a sofrer um processo de espoliação de seu excedente econômico, por meio da intermediação comercial-financeira inglesa, a qual desbordou, inclusive, para a esfera da produção industrial do açúcar. Essa expropriação do excedente no âmbito da circulação tinha, como contrapartida, uma fraca dominância do capital na esfera da produção. Essa supremacia se expressava, sobretudo, pelo conjunto das relações de trabalho através das quais era extraído o excedente: o trabalho escravo, o morador de "condição" e o trabalho assalariado. Ao contrário do que geralmente se pensa, as relações de trabalho pré-capitalistas, em vez de proporcionarem a extração de uma quantidade ilimitada de excedente, pelo menor custo, representaram outras alternativas, todas elas de maior custo, seja pela menor produtividade apresentada, seja pela maior dificuldade em se reproduzir. Fugindo ao capital, o estrito controle das condições de reprodução, tanto do escravo como do morador, impunha-se-lhes assim duas alternativas: ou bem o custo de reprodução da força de trabalho torna-se muito alto (era o caso da importação de alimentos), ou bem a força de trabalho não se reproduzia adequadamente, ao se definir, como vítima de um processo brutal de exploração da capacidade de trabalho que levava o trabalhador a produzir, por meio de uma dilatada e exaustiva jornada de trabalho, não só produtos para o dono da terra, mas os próprios meios de subsistência. Em suma, essas formas de subordinação (for-

mal) do trabalho, onde o trabalhador é obrigado a produzir seus próprios meios de subsistência, mediante jornadas variáveis de trabalho, representam essencialmente uma frágil dominância do capital produtivo, tendo como resultado a apropriação final do excedente pelos agentes da circulação, e, conseqüentemente, a transferência da acumulação para essa esfera. Essa apropriação verificou-se por meio de vários mecanismos, entre os quais o monopólio de compra e venda de mercadorias que não desempenhou um papel menor.

Em segundo lugar, é necessário ainda apontar para o surgimento dos problemas acarretados pela divisão do trabalho — instaurada à raiz do aparecimento dos Engenhos Centrais — entre a agricultura canavieira e a fabricação do açúcar. Tal separação, em vez de ter se traduzido em uma maior acumulação de capital no âmbito da produção, dada a diferença de produtividade entre as atividades agrícolas e as atividades fabris, levou à falência, justamente, os “engenheiros”, pois retirou da esfera da produção fabril o controle sobre o fornecimento da matéria-prima, tanto no que diz respeito à disponibilidade desta última para a moagem, quanto à fixação de seu preço. Na verdade, em relação aos Engenhos Centrais do século XIX, pode-se falar, com segurança, na subordinação da produção açucareira à agricultura canavieira, e não ao contrário, como frequentemente se supõe (talvez sob a influência de uma leitura demasiadamente literal da documentação). Sem a garantia de um fornecimento regular de cana e sem o controle sobre seu preço, é evidente que o projeto de implantação dos Engenhos Centrais em Pernambuco não poderia vingar, mormente nas condições antes mencionadas. A prova disso é que a produção açucareira cresceu, neste período, mais pelo esforço dos engenhos tradicionais, com algumas adaptações tecnológicas, que pelo incremento surgido com o advento dos novos Engenhos Centrais. Não foi por outra razão que a Usina (a sucessora do Engenho Central), reunificando a agricultura e a indústria, e, assegurando-se, pelo menos, no controle do fornecimento da cana a preços compensadores, pôde sobreviver até hoje, embora sofrendo todas as conseqüências já aludidas do processo de obstrução acumulativa na produção seja pelas relações de trabalho ainda vigentes na agricultura canavieira, seja pela apropriação de seu excedente na esfera da circulação.

Entendemos, assim, que o inegável mérito do trabalho original de Camilo de Melo encontra-se limitado pela não observância e incorporação dos elementos analíticos aqui assinalados, cuja inclusão teria enriquecido o trabalho, por ser de vital importância para a compreensão e explicação científicas do processo de capitalização da agricultura nordestina e das origens de sua industrialização.

Michel Zaidan Filho

Composição e Impressão
EPGRAF
Rua Miguel Couto, 291 - Fone: 321-4595
Campina Grande - Paraíba